

O CAPITALISMO DOS TÉCNICOS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

In *Conjuntura Política* 29, da ABCP/UFMG,
September 2001.

No início do século XXI vivemos em um mundo novo, porque as transformações tecnológicas e sociais por que passou foram imensas; e global, porque as distâncias entre os povos reduziram-se de forma dramática. Havendo mudado tanto, esse mundo continua a ser capitalista, ou seja, a ser regido pelo lucro alcançado nos mercados. Mas o novo capitalismo não é mais o capitalismo dos burgueses: é agora o capitalismo dos técnicos. A burguesia continua a classe dominante mas, cada vez mais, a nova classe média profissional se transforma na classe dirigente. O capitalismo mundial muda de forma acelerada, revelando uma enorme capacidade de adaptação às novas tecnologias que ele próprio cria ou estimula, sem, entretanto, dar sinais de qualquer crise mais profunda. Seus críticos, sejam eles marxistas ou simplesmente pessoas indignadas eticamente, continuam a manter a hipótese da crise eminente, da crise destruturadora. Mas o que vemos é apenas o capitalismo enfrentar as crises cíclicas de curto e médio prazo que lhe são inerentes, e fazê-lo de forma cada vez mais efetiva graças às instituições criadas para isto - especialmente aos bancos centrais e aos sistemas contracíclicos embutidos no estado do bem-estar-, e às políticas macroeconômicas estabilizadoras. Estamos agora entrando em uma recessão de amplitude mundial, que será provavelmente mais grave do que as últimas recessões, dada a força da expansão anterior na economia hegemônica dos Estados Unidos, mas em seguida à purga dos excessos, a economia mundial voltará a crescer.

Este crescimento continuará a ocorrer de forma desequilibrada e injusta, mas com razoável grau de eficiência, como é próprio do capitalismo. As taxas de crescimento da renda por habitante, embora menores nos últimos 20 anos do que no pós-Segunda Guerra Mundial, continuam elevadas, e não se pode pensar em nada parecido com estagnação. O sistema capitalista, entretanto, enfrenta dois problemas que não foi ainda capaz de resolver, e que representam uma certa ameaça à continuidade desse desenvolvimento: a nível interno aos países desenvolvidos, a concentração de renda vem se agravando; e a nível externo a eles, amplos setores da população mundial, embora já incorporados ao capitalismo e à forma que ele tomou no nível internacional - a globalização - apresentam taxas de crescimento econômico substancialmente inferiores a dos países centrais. No primeiro caso, o problema principal está no fato de que a aceleração do progresso técnico aumenta a

demanda por pessoal qualificado enquanto diminui a de pessoal com baixo nível de educação. No segundo caso, no qual está incluído o Brasil, o desenvolvimento é insatisfatório principalmente porque, diante da liberalização crescente dos fluxos de capitais, as respectivas economias desequilibram-se por excesso de endividamento externo, o qual leva ao aumento das taxas de juros externa e interna, e ao desequilíbrio fiscal do estado.

O crescimento cego e desigual do capitalismo agravou-se nestes mesmos últimos 20 anos em função da necessidade que suas elites sentiram de estabelecer limites para o crescimento da intervenção estatal. Desde a Grande Depressão dos anos 30 o aparelho estatal cresceu de forma extraordinária em tamanho e em capacidade de regulação das economias capitalistas, exatamente para torná-las menos desequilibradas no plano das flutuações cíclicas, e menos injustas e inseguras no plano das famílias. Esse crescimento, entretanto, acelerou-se de tal forma e alcançou tal nível de intervenção no final dos anos 70 que em certos casos se transformou em causa de distorções econômicas mais graves do que os desequilíbrios que pretendia sanar. A "crise fiscal do estado", ou, mais amplamente, "crise do estado", que analisei desde a segunda metade dos anos 80, reflete essas distorções no plano econômico que, no limite, paralisavam o próprio estado. Por outro lado, o crescimento explosivo do estado aumentou de tal forma o poder dos políticos e da burocracia estatal que levou os empresários capitalistas a se sentirem ameaçados em termos de seu próprio poder e capacidade de apropriação do excedente.

Onda ultraliberal e globalização

A grande onda ultraliberal e conservadora que se desencadeia então logra, com Reagan nos Estados Unidos e Thatcher na Grã-Bretanha, tornar-se dominante a nível mundial. Reformas orientadas para o mercado e o ajuste fiscal deixam de ser políticas recomendáveis desde que adotadas de forma razoável para se tornar a solução milagrosa para todos os problemas. A palavra "reforma" ganha um novo significado, ultraliberal e conservador, como se o único sentido dos aperfeiçoamentos institucionais a serem realizados pelos governos fosse o de liberar, desregular.

O ultraliberalismo (ou neoliberalismo fora dos povos de língua inglesa) é uma ideologia conservadora que surge na história do capitalismo nos anos 70 como uma reação ao grande crescimento do estado ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, e se torna dominante na década seguinte. Não é a ideologia da globalização, já que esta é apenas a forma que o capitalismo assumiu no plano mundial nas últimas décadas, mas a ideologia conservadora e individualista, favorável ao estado mínimo, capitaneada por empresários capitalistas de direita e dirigentes de empresas multinacionais, formalizada por seus intelectuais - principalmente economistas neoclássicos e cientistas políticos da escolha racional -, e apoiada na administração privada de nível médio e na pequena burguesia. Opõe-

se às ideologias 'liberais', progressistas, no sentido americano do termo (para os quais neoliberalismo não é sinônimo de ultraliberalismo, mas significa liberalismo clássico), e às ideologias social-democráticas dominantes na Europa - ideologias que expressam os interesses dos trabalhadores e de amplos setores da classe média profissional ou burocrática, diferindo apenas no grau em que advogam a intervenção do estado no econômico e no social.

Ao mesmo tempo, porém, que a ideologia ultraliberal tomava conta do mundo capitalista, um outro fenômeno, de natureza real ao invés de ideológico, passava a chamar todas as atenções: a globalização, a integração crescente das economias nacionais ao mercado mundial não apenas de mercadorias e serviços, mas também de moedas e títulos financeiros, na medida em que os custos dos transportes caíam, e os das comunicações reduziam-se dramaticamente, além de se tornarem incrivelmente mais rápidas. A onda ultraliberal começa a perder força no mundo desenvolvido a partir de meados dos anos 90, mas a globalização continua a avançar em todo mundo. A predominância dos partidos ou coligações social-democráticas entre os países da OCDE são uma indicação branda do esgotamento da onda neoliberal: está associada à clara demanda por parte dos eleitores que o estado do bem-estar continue a prestar os serviços sociais e científicos que o definem, ao invés de reduzir o estado ao mínimo e deixar que cada indivíduo cuide de si próprio, como pretendiam os ultraliberais. Indícios mais fortes de que a onda conservadora chegou ao fim são a frustração existente hoje em todo o mundo em relação às promessas não realizadas de desenvolvimento econômico que as reformas neoliberais automaticamente produziriam, e a indignação que essas reformas provocam em grupos minoritários mas já significativos nos países ricos, como se viu nas manifestações de Seattle e Gênova. Não se deve, porém, confundir essas reações políticas com o fato real da globalização, que esses próprios movimentos sociais internacionalizados comprovam.

O fenômeno da globalização tem sido amplamente analisado. Será, entretanto, que é ele a realidade que distingue melhor o capitalismo contemporâneo? No plano do alcance e abrangência dos mercados, sim, como a pós-modernidade o caracteriza no plano da cultura. Mas mesmo no plano dos mercados, não como uma alternativa à regulação pelo estado da economia, mas como um fator complementar: dada a complexidade do mundo moderno, a coordenação da economia não pode ser apenas realizada pelos mercados - limitando-se o estado a garantir a propriedade e os contratos, como quer a ideologia ultra-liberal - mas deve ser necessariamente complementada pela ação do estado.

Tecnoburocracia e capitalismo dos técnicos

No plano social, com amplas repercussões no econômico e no cultural, não é a globalização, nem a pós-modernidade, mas o capitalismo dos técnicos ou dos tecnoburocratas, ao invés do capitalismo dos burgueses, que caracteriza o mundo em que vivemos.

O que significa essa transição? A transição do capitalismo para o estatismo, ou uma transformação na forma do capitalismo se estruturar? Autores, como Max Weber, Leon Trotsky, Cornelius Castoriadis e Nicos Poulantzas, diante da realidade do crescimento do estado na Europa, viam essa nova classe ao nível do aparelho do estado, e pensavam (exceto Weber, que não teve tempo para isto) na União Soviética como o país em que esse novo sistema de organizar a produção estava sendo levado ao limite. Outros, como Adolphe Berle, James Burnham, Wright Mills e John K. Galbraith, a partir da experiência bem-sucedida das grandes empresas norte-americanas, viam na emergência dos técnicos ou dos gerentes a nova forma oligopolista de organizar o capitalismo. Eu, que ainda no início dos anos 60 escrevi meu primeiro ensaio sobre o assunto adotando esta última posição, hesitei, em meados dos anos 70, entre a primeira e a segunda linha de pensamento. Mas, no início dos anos 80, diante da perda de dinamismo do estatismo soviético e a vitalidade do capitalismo, já ficara claro para mim que a emergência de uma nova classe profissional ou tecnoburocrática implicava uma nova etapa do capitalismo, e não na sua superação pelo estatismo que se pretendia socialista (1).

Estas idéias foram, nos anos 70, objeto de grande debate. Marxistas que se pretendiam ortodoxos recusavam a idéia de uma nova classe, não prevista por Marx, seja porque não aceitavam o enquadramento dos regimes comunistas no estatismo burocrático, seja porque não queriam admitir que a classe da qual eles próprios faziam parte no mundo capitalista deixara de ser um mero estamento, nos termos definidos por Max Weber, para se transformar em uma verdadeira classe social, monopolizadora do novo fator estratégico de produção em lugar do capital - o conhecimento técnico e organizacional - e portadora de uma relação de produção que lhe é específica: a organização, ou seja, o controle coletivo dos meios de produção.

Hoje o debate está terminado. Ninguém ou praticamente ninguém tem dúvidas, inclusive os marxistas, de que a nova classe média tecnoburocrática, ou burocrática, ou assalariada, ou profissional - não importa o nome que se lhe dê - é uma realidade. A nova classe cresceu tanto, tornou-se de tal forma onipresente, associou-se de tantas maneiras à classe capitalista, que não é possível mais ignorá-la.

Esta classe tornou-se tão importante que, afinal, mudou a própria natureza do empresário capitalista. Em um primeiro momento a mudança pareceu restringir-se ao fato de que a inovação schumpeteriana passava a ser realizada coletivamente pelos administradores profissionais nas grandes organizações empresariais. Mas, mais recentemente, foi ficando claro para mim que uma modificação mais significativa está em curso: o empresário continua a ser o responsável pela inovação e a acumulação de capital, mas deixa de originar-se principalmente na própria classe burguesa, que se formou com a emergência do capitalismo, primeiro mercantil e depois industrial, para ter origem na classe média dos técnicos e profissionais. Agora não são mais os jovens burgueses que se tornam empresários. Obter crédito e inovar é cada vez mais a tarefa de jovens técnicos de classe média.

A burguesia não deve aqui ser entendida simplesmente como a classe capitalista, mas como uma classe que surge historicamente no final da Idade Média, nas cidades européias, primeiro constituída de mercadores, e depois de industriais, comerciantes modernos, e banqueiros. Esta classe continua a existir nas sociedades capitalistas modernas, mas é formada cada vez mais por capitalistas rentistas, que vivem de juros e dividendos. Enquanto no início do século XIX David Ricardo verificava a existência de três classes: os trabalhadores assalariados, a burguesia capitalista e empresarial, e a aristocracia rentista proprietária de terras, hoje vemos também três classes sociais relevantes: os trabalhadores, a nova classe média profissional, e a burguesia capitalista, que se torna cada vez mais rentista, derivando, porém, sua renda não mais do aluguel da terra mas dos juros e dividendos do capital.

O lucro empresarial, resultado da inovação e da vantagem monopolista dela derivada, continua a ter um papel fundamental no desenvolvimento capitalista, mas é agora cada vez mais realizado por jovens portadores de MBAs ou de cursos de engenharia, que usam seu conhecimento técnico e organizacional, e de um esforço de trabalho descomunal em termos de horas trabalhadas por semana, em empresas de consultoria, em escritórios de advocacia transformados em verdadeiras empresas, em bancos de investimento, em hedge funds, em empresas de tecnologia da informação, e em empresas de serviços de todos os tipos, para, rapidamente, enriquecerem e se tornarem empresários na própria atividade que realizam ou em outras atividades derivadas.

Conseqüências ou repercussões

Quais as conseqüências ou repercussões desta profunda transformação social e empresarial? Da sociedade da nova classe média? Do capitalismo dos técnicos? São tantas que só me será possível aqui mencionar algumas que chamam mais a atenção: a sociedade sem classes no mundo da classe média; o reino da meritocracia e a demanda política de igualdade de oportunidade educacional; as desigualdades crescentes em uma polis cada vez mais democrática; o individualismo economicista contraposto ao novo republicanismo. São todas contradições, que refletem bem a aceleração das transformações tecnológicas, a violência da competição, a complexidade das relações sociais, a necessidade dramática de alguma solidariedade, e a indignação contra a injustiça e o privilégio tornados transparentes.

As classes sociais e a luta de classes continuam presentes, mas perderam relativamente o poder explicativo que possuíam, porque os países ricos transformaram-se em "sociedades de classe média", e dentro dessa classe o que importa são os estratos ou camadas definidas em termos de educação, renda, e prestígio social, ou então os grupos ou setores que logram conservar para si os ganhos da inovação tecnológica, e mantêm marginalizados os demais dentro dos seus próprios países.

A competição entre as pessoas, desde os bancos escolares, acirra-se na medida em que o critério de êxito é cada vez mais meritocrático. As elites circulam cada vez mais rapidamente, ao mesmo tempo que aumenta a mobilidade social. Os privilégios de classe e as várias formas de nepotismo e corporativismo continuam presentes, mas como lembranças de um mundo em desaparecimento. A demanda política gradualmente atendida é por igualdade de oportunidade, principalmente no plano da educação. Mas nem por isso temos mais justiça social: pelo contrário, as desigualdades tendem a se aprofundar, na medida em que os concorrentes são diferentemente dotados.

A desigualdade crescente entre as pessoas reproduz-se entre os países. A convergência entre os níveis de desenvolvimento dos países ricos e o dos países pobres, prometida pela teoria dos mercados competitivos, não acontece. Pelo contrário, sociedade civil mais forte e instituições mais adequadas garantem aos países ricos uma qualidade de governo e mais amplamente de governança que os mantém crescendo mais rapidamente do que a grande maioria dos países em desenvolvimento.

Voltando ao nível das pessoas, a competição generalizada aprofunda o individualismo egoísta dos mais-bem sucedidos. Estes se justificam apelando para teorias econômicas e ideologias políticas baseadas na economia neoclássica e na "escolha racional", que adotam como pressuposto a busca do auto-interesse a qualquer custo. Isto resulta em um perspectiva amoral, que perpassa todo esse mundo moderno e internacionalizado do capitalismo dos técnicos. Como reação política a essa tentativa de eliminar a política, vemos surgir um novo republicanismo, que se indigna com a corrupção e com a injustiça, neste último caso como faziam os socialistas, mas que não vê como solução para estes problemas a eliminação do capitalismo, mas sua correção não apenas pela democracia representativa, como querem os liberais, mas também pela democracia participativa constituída por cidadãos e políticos auto-responsáveis.

Talvez caiba uma última pergunta: entre essas conseqüências contraditórias da sociedade de classe média e do capitalismo dos técnicos, afinal quais prevalecerão? Aquelas que apontam na direção de um mundo mais solidário ou de um mundo mais individualista? Não há resposta simples para esta questão, mas sabemos algumas coisas. Sabemos que não há alternativa para o capitalismo, porque esse sistema continua a ser o mais eficiente. Isto poderia levar-nos ao pessimismo, dada a cegueira do capitalismo em relação à justiça. Mas hoje também sabemos que já não existe mais alternativa para a democracia: à medida que cada país realiza sua revolução capitalista e o excedente passa a ser apropriado sem o uso da violência, no mercado, através de lucros e altos ordenados, o regime democrático torna-se aquele que melhor garante a estabilidade econômica e social. Ora, isso no leva ao otimismo, porque a democracia garante por definição a liberdade, e possui mecanismos internos que caminham em direção a uma maior justiça.